

# Constituinte decidirá sobre implantação do voto distrital

Da Redação da Folha

O sistema do voto distrital para eleição dos representantes da população no Parlamento, que poderá ser implantado no Brasil se o Congresso constituinte aprovar proposta neste sentido da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, é utilizado atualmente nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França. Embora não seja, de maneira geral, contestado, o sistema do voto distrital tem sido

criticado, nos EUA, por levar à criação de "currais eleitorais", e, na França e na Inglaterra, por não garantir a representatividade dos deputados eleitos por cada distrito e do Parlamento como um todo.

Nos Estados Unidos, os 435 membros da Câmara dos Deputados são eleitos pelo voto distrital — cada distrito elege apenas um deputado — e têm um mandato de dois anos. O número de distritos em cada Estado

é proporcional à população, o que dá maior poder aos Estados mais populosos. Cada partido apresenta apenas um candidato por distrito e, para concorrer às eleições no distrito, o postulante a candidato deve derrotar seus adversários em convenções partidárias (onde votam os delegados dos partidos) ou em eleições primárias (onde votam os eleitores registrados). Neste sistema, a duração do mandato de apenas dois anos faz com que o político trabalhe sempre de

olho na sua reeleição e muito vinculado aos grupos de interesses específicos que o elegeram, levando à criação de "currais eleitorais".

O Parlamento Britânico tem atualmente 650 deputados (523 da Inglaterra, 72 da Escócia, 38 do País de Gales e dezesseis da Irlanda do Norte), todos eleitos, por distrito, pelo voto majoritário. No sistema inglês, os limites dos distritos são frequentemente modificados a fim de

que cada parlamentar represente um número equivalente de habitantes. Os partidos menores, entre eles o Partido Liberal, terceira força política da Inglaterra, criticam o sistema do voto distrital e defendem o sistema de representação proporcional — atualmente adotado nas eleições para Câmara e Assembleias Legislativas no Brasil — por considerá-lo mais adequado para representar forças políticas minoritárias.

A França está subdividida para

fins eleitorais em 570 circunscrições que elegem cada uma um deputado à Assembleia Nacional. Nos sistema francês, entretanto, o sistema de voto distrital é deturpado porque não é exigido o domicílio eleitoral para que o político se candidate por uma circunscrição, sendo bastante comum que os partidos indiquem candidatos de uma circunscrição para disputar eleições em outra onde terão maiores chances de se eleger.

## França voltará ao sistema das eleições majoritárias

MILTON BLAY  
De Paris

Ao final da reforma eleitoral ora em curso, a França voltará a ter um sistema democrático baseado no sufrágio universal majoritário em dois turnos, após uma rápida experiência de eleições proporcionais que durou o tempo de uma legislatura.

Desde a lei de descentralização administrativa instituída pelos socialistas, em 1982, os franceses votam em cinco níveis: municipal, departamental, regional, e, enfim, para eleger seus deputados e o presidente da República.

Os municípios ou comunas são as menores circunscrições territoriais do Estado, que elegem a cada seis anos um colégio, que por sua vez designa o prefeito (exceção de Paris, Lion e Marselha, cujos prefeitos são escolhidos em eleições diretas). Estas são na verdade as únicas eleições realmente locais na França, pois todas as demais, a maior ou menor grau, revestem-se de caráter nacional.

E o caso das eleições cantonais, que tem por objeto designar os membros das assembleias provinciais, encarregadas de administrar os negócios das 96 unidades administrativas, chamadas departamentos. Trata-se do primeiro trampolim para Paris e seus membros são eleitos por seis anos. A luta pelo cargo de presidente envolve, normalmente, os caciques da política nacional.

Enfim, a França é dividida administrativamente em 22 regiões, que reagrupam departamentos com características similares ou comple-

mentares. Seus eleitos (duas vezes o número de conselheiros departamentais) formam uma espécie de Câmara, cuja principal função é de ordem econômica, pois servem de ponte entre Paris e a chamada "França profunda", de realidades por vezes completamente distintas.

Com base nestas três unidades territoriais — município departamento e região — a França é subdividida em 570 circunscrições, que, em princípio, elegem os deputados que deverão representar seus interesses na Assembleia Nacional. Constitucionalmente trata-se, portanto, de uma espécie de voto distrital, que na prática, porém, é completamente deturpado pela inexistência de condição domiciliar. Em outras palavras, um eleitor da Marselha pode ser candidato na circunscrição dos baixos alpes sem jamais ter colocado os pés da região.

Na pirâmide institucional francesa existem enfim dois outros degraus: o Senado, biónico, eleito por um colégio de deputados, conselheiros municipais e regionais — eles são 305 senadores eleitos pelo sistema proporcional ao número de habitantes, por um período de nove anos — e a Presidência da República.

Desde 1958, a França vive sob um presidencialismo híbrido, com um presidente eleito pelo sufrágio universal direto em dois turnos, por sete anos, e um primeiro-ministro tirado do rang da maioria parlamentar. Coexistem, portanto, um chefe de Estado e um chefe de Governo com papéis distintos definidos pela Constituição.

## Na Inglaterra, os distritos têm o mesmo número de eleitores

ANTÔNIO CARLOS SEIDL  
De Londres

O primeiro Parlamento Britânico que incluiu representantes dos condados e distritos urbanos foi formado em 1265. Mais distritos vieram a ser representados mais tarde até que, em 1801, havia 465 deputados da Inglaterra, 48 do País de Gales, 45 da Escócia e cem da Irlanda. Depois, com a independência da Irlanda e outras mudanças, o número de deputados no Parlamento Britânico foi reduzido para o total atual de 650. Desses, 523 são da Inglaterra, 72 da Escócia, 38 do País de Gales e 17 da Irlanda do Norte.

A redistribuição de cadeiras de deputados, a fim de garantir que, tanto quanto possível, todos os deputados representem um número semelhante de eleitores, teve início em 1832, quando a representação de pequenos distritos foi dada a cidades maiores ou circunscrições estaduais. Os limites dos distritos eleitorais são baseados nas fronteiras das administrações municipais, que se alteram de tempos em tempos à medida que aumenta ou diminui a população dos municípios. Os limites dos distritos eleitorais são alterados frequentemente pelo Parlamento, sempre que necessário, para garantir que os distritos eleitorais tenham o mesmo número de eleitores. Na Grã-Bretanha, o voto não é obrigatório. No sistema britânico de voto distrital, o candidato em cada distrito que recebe o maior número dos votos é eleito deputado representante deste distrito na Câmara dos Comuns, mesmo que tenha obtido menos da metade do total de votos no distrito.

Uma das principais características do sistema eleitoral britânico é a constante mudança dos distritos eleitorais. Durante a vida de um Parlamento, que pode ter no máximo cinco anos, o governo do dia é sempre obrigado a convocar novas eleições se o seu partido perder a maioria na Câmara dos Comuns — são realizadas eleições suplementares sempre que for necessário preencher uma vaga na Câmara dos Comuns devido a morte ou impedimento de seu titular. Neste caso, são realizadas eleições do distrito eleitoral correspondente à vaga aberta na Câmara dos Comuns.

Os críticos do sistema eleitoral britânico, principalmente os partidos menores, gostariam de ver o sistema de representação proporcional no lugar do atual sistema de voto distrital. Esses críticos alegam que o atual sistema não é justo. O Partido Liberal, a terceira força na política britânica, cita as eleições parlamentares de 1979 — que elegeram pela primeira vez uma primeira-ministra na Grã-Bretanha, a líder da então oposição conservadora, deputada Margaret Thatcher — como um exemplo desse "sistema injusto".

O Partido Liberal recebeu 4.313.931, ou seja, 13,8% de todos os votos, e um terço dos votos do vitorioso partido conservador. Apesar disso, os liberais ganharam somente 11 cadeiras comparadas com as 339 cadeiras dos conservadores. "Se um sistema de representação proporcional estivesse em vigor, os liberais teriam direito a noventa cadeiras", diz o partido em um de seus manifestos.

## Processo eleitoral nos EUA favorece interesse localizado

CAIO BLINDER  
De Atlanta (EUA)

Os 435 membros da Câmara dos Deputados dos EUA são eleitos através de voto distrital, enquanto cada um dos cinquenta Estados tem direito a mandar dois senadores para o Congresso, com mandato de seis anos. Na Câmara, o mandato é de dois anos.

O número de distritos em cada Estado é proporcional à população, o que evidentemente confere muito mais poder no jogo político a Estados mais populosos como Califórnia (45 representantes), Nova York (34) e Texas (27). Por exemplo, o novo presidente do Congresso será o deputado democrata pelo Texas, Jim Wright. Em comparação, quatro Estados têm apenas um deputado.

Para concorrer em seu distrito, o candidato deve derrotar seus adversários partidários em convenções (delegados) ou primárias (abertas aos eleitores registrados). A segunda fase é disputada entre os candidatos de cada partido, quase invariavelmente Democrata e Republicano. Mas há partidos menores e candidatos derrotados nas convenções e primárias que concorrem como independentes em alguns distritos esporádicos.

Não existem questionamentos políticos ou acadêmicos sobre a manutenção do voto distrital, mas há algum debate sobre o processo de convenção e de primária. Como o mandato na Câmara dos Deputados é de apenas dois anos e o voto é distrital, o político trabalha muito perto de suas bases e região eleitoral, com olho na reeleição. Peculiar à

terminologia política norte-americana é a expressão "grupos de interesse", que está muito vinculada ao voto distrital. O deputado, em geral, representa segmentos específicos, como fazendeiros, operários, grupos étnicos e minoria. O distrito passa ao largo da estrutura urbana e assim distritos mais populosos são simplesmente bairros de grandes cidades. Em Nova York, há deputados que representam bairros como Brooklin, ou Manhattan, uma espécie de sub-prefeitura do município.

O voto distrital levou à criação de bastiões eleitorais, que, a grosso modo, seria o equivalente aos "currais eleitorais" no Brasil. Não é fácil quebrar a tradição eleitoral destes bastiões. Os seis anos de mandato de Reagan ajudaram a alterar um pouco a estrutura eleitoral no distrito. Mas não está garantido que as mudanças serão permanentes.

Um bom exemplo foi a eleição de 4 de novembro passado. Joe Kennedy, filho do ex-senador Robert Kennedy, foi eleito de forma tranquila no seu distrito, no Estado de Massachusetts, costa leste do país, na vaga que era ocupada por Thomas O'Neill, o presidente do Congresso que está se aposentando. A cadeira também pertenceu ao tio de Joe, o ex-presidente John Kennedy. Mérito e sobrenome deixado de lado, a vitória foi folgada porque o distrito é um tradicional reduto de grupos liberais e trabalhadores de origem católica e irlandesa, setores leais ao partido republicano. Como havia um outro político no distrito no Estado de Maryland, Kathleen, a irmã de Joe, não conseguiu ser eleita.